



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Mestrado em Direito e Ciência Penal

1. Nome da Unidade curricular:

Direito Processual Penal – Que Processo Penal para o Futuro?

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral Anual
Horas de Trabalho: 70
Créditos ECTS:

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Inês Ferreira Leite (2 horas semanais)

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

(máximo 1000 caracteres)

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Conhecimento dos princípios constitucionais fundamentais do processo penal, conhecimento transversal do processo penal português, capacidade de reflexão com sentido crítico sobre as matérias mais complexas ou sensíveis no âmbito da relação entre a Constituição penal e o processo penal.

6. Conteúdos programáticos:

1. Breve caracterização do processo penal português

- 1.1. A ciência total do Direito Penal
- 1.2. O Direito Processual Penal como Direito constitucional aplicado
- 1.3. Populismo penal: mediatização do crime, perceções sociais e impacto no sistema penal
- 1.4. Os sujeitos processuais
 - 1.4.1. O Tribunal
 - 1.4.2. O Ministério Público
 - 1.4.3. O arguido
 - 1.4.4. O assistente
- 1.5. Intervenientes processuais
- 1.6. Breve visão panorâmica sobre a tramitação processual penal

2. Princípios gerais do processo penal

- 2.1. Princípios da legalidade e da judicialidade
 - 2.1.1. Judicialidade do processo penal português
 - 2.1.2. Legalidade e proibição de analogia
 - 2.1.3. Oficialidade e disponibilidade do processo penal
 - 2.1.3.1. Oficialidade
 - 2.1.3.2. Requisitos dos crimes semipúblicos
 - 2.1.3.3. Requisitos dos crimes particulares
 - 2.1.4. Legalidade e oportunidade
- 2.2. Princípios da imparcialidade e do juiz natural



- 2.2.1. Princípio do juiz natural
- 2.2.2. Imparcialidade, impedimentos e suspeição dos juízes
- 2.3. Presunção de inocência (*e nemo tenetur se ipsum accusare*)
 - 2.3.1. Presunção de inocência: uma visão transversal
 - 2.3.2. Proteção contra a autoincriminação
 - 2.3.3. In dúvida pro reu
- 2.4. Princípio do acusatório
 - 2.4.1. Modelos inquisitórios e modelos acusatórios: visão panorâmica
 - 2.4.2. Corolários de um modelo acusatório de processo penal (em especial, a igualdade de armas)
 - 2.4.3. Ineficiências do modelo acusatório do Código de Processo Penal de 1987
- 2.5. Princípio da proporcionalidade (lealdade e razoabilidade)
- 2.6. Princípio do contraditório e o modelo adversarial
- 2.7. Princípio da proibição de duplo julgamento (*ne bis in idem*)
 - 2.7.1. Natureza e função do *ne bis in idem*
 - 2.7.2. Autonomia entre o *ne bis in idem* e o caso julgado
 - 2.7.3. Conceito material de julgamento e efeito de *bis in idem*
 - 2.7.4. *Bis in idem* e despacho de arquivamento e de não pronúncia
- 2.8. Princípio da publicidade
 - 2.8.1. Publicidade e segredo no processo penal
 - 2.8.2. Tensões entre o segredo de justiça e o direito à informação
 - 2.8.3. Regime de acesso aos autos na fase de inquérito
- 2.9. Princípios da oralidade, da imediação e da concentração
 - 2.9.1. Princípio da oralidade
 - 2.9.2. Princípio da imediação
 - 2.9.3. Princípio da concentração
- 2.10. Princípio da livre apreciação da prova
 - 2.10.1. A livre apreciação da prova
 - 2.10.2. Investigação e descoberta da verdade material
 - 2.10.3. Valor probatório das declarações do arguido e coarguidos
 - 2.10.4. Princípios gerais de obtenção, produção e valoração da prova
- 2.11. Direito a um julgamento justo e equitativo (*fair trial*)
 - 2.11.1. Direito à informação
 - 2.11.2. Direito a um julgamento rápido e justo
 - 2.11.3. Dever de fundamentação da decisão judicial penal
 - 2.11.4. Direito ao recurso

3. O inquérito

- 3.1. Caracterização do inquérito em processo penal
 - 3.1.1. A direção e os atos de inquérito
 - 3.1.2. Natureza da intervenção do juiz de instrução na fase de inquérito
 - 3.1.3. O 1.º interrogatório judicial de arguido detido
 - 3.1.4. As declarações para memória futura
- 3.2. Medidas cautelares e de polícia
 - 3.2.1. Dever de identificação
 - 3.2.2. Detenção em flagrante delito
 - 3.2.3. O *habeas corpus*
- 3.3. As medidas de coação e garantia patrimonial



- 3.3.1. Princípios gerais de aplicação das medidas de coação
 - 3.3.2. O conceito de fortes indícios
 - 3.3.3. As finalidades das medidas de coação
 - 3.3.4. Meios de impugnação
 - 3.4. Meios de obtenção da prova
 - 3.4.1. Princípios gerais
 - 3.4.2. Regime das escutas telefónicas
 - 3.4.3. Ações encobertas: distinção entre agente infiltrado e agente provocador
 - 3.5. O arquivamento, o arquivamento em caso de dispensa de pena e a suspensão provisória do processo
 - 3.5.1. O conceito de indícios suficientes
 - 3.5.2. O efeito da decisão de arquivamento e a reabertura do inquérito
 - 3.5.3. O arquivamento em caso de dispensa de pena e a suspensão provisória do processo
 - 3.6. A acusação do Ministério Público e do assistente
- 4. A instrução**
- 4.1. Natureza e finalidade da instrução
 - 4.2. Natureza e requisitos do requerimento de abertura de instrução
 - 4.3. A vinculação temática na fase da instrução
 - 4.4. O despacho de pronúncia ou não pronúncia
 - 4.5. Nulidades e meios de impugnação
- 5. O julgamento e a sentença**
- 5.1. Caracterização do julgamento em processo penal
 - 5.2. Fase saneadora e nulidades processuais
 - 5.3. Meios de produção da prova
 - 5.4. Proibições de prova
 - 5.5. A vinculação temática na fase de julgamento
 - 5.5.1. Os conceitos de alteração de factos e de alteração da qualificação jurídica
 - 5.5.2. O conceito de alteração substancial de factos (face ao Direito constituído)
 - 5.5.3. O conceito de alteração substancial de factos decorrente de um correto equilíbrio entre os princípios do *fair trial* e da *fair chance at trial*
 - 5.5.4. A tensão entre o princípio do acusatório, a descoberta da verdade material e a proibição de *bis in idem*
 - 5.6. A sentença
 - 5.6.1. Os acordos de sentença
 - 5.6.2. A motivação da sentença
 - 5.6.3. As nulidades da sentença

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

Tratando-se de uma disciplina que inclui vastas matérias com incidência penal constitucional, o programa incide especialmente sobre os princípios constitucionais que vinculam o legislador e o julgador penal no plano do processo penal. O tema do seminário – “Que Processo Penal para o Futuro?” – coloca uma questão cuja resposta assenta no grau de vinculação do processo penal à Constituição penal, com especial incidência nas grandes questões do processo penal: segredo, publicidade e comunicação social; limites das medidas de coação ante a presunção de inocência; proibições de obtenção ou produção da prova; estatuto do arguido e da vítima; intensidade do dever de fundamentação; utilidade da fase de instrução; o nível de vinculação temática; justiça negociada; e direito ao recurso. Porque o objetivo é a densificação da Constituição penal em matéria processual, o programa centra-se e orienta-se pelos princípios



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

constitucionais e suas manifestações legais. Uma vez que a maioria dos/as alunos/as deste seminário não terminou a sua licenciatura em Portugal, estando pouco familiarizado com o processo penal português, a compreensão e reflexão sobre estas questões exige uma contextualização do regime processual nacional, razão pela qual o programa antecede e acompanha as principais questões de uma visão panorâmica dos respetivos regimes legais.

8. Metodologias de ensino:

O primeiro semestre é composto de aulas teórico-práticas em que vai sendo exposto o conteúdo programático, sendo também discutida jurisprudência mais relevante, contando com as contribuições dos/as alunos/as. O segundo semestre inicia-se com uma a duas aulas reservadas para conferencistas convidados, que tenham conhecimentos técnicos qualificados em áreas próximas dos temas programáticos, e as restantes aulas são dedicadas à apresentação e avaliação preliminar dos projetos de relatórios. Os/as alunos/as poderão participar de um projeto de investigação sobre o impacto dos pré juízos na decisão penal, centrado em três pilares: a) avaliação da fiabilidade da testemunha da prática do crime quando estejam em causa pessoas racializadas/diferentes géneros, b) avaliação da credibilidade da testemunha da prática do crime quando estejam em causa pessoas racializadas/diferentes géneros; avaliação do processo de formação da convicção do tribunal quanto aos factos dados como provados em contextos de interações sociais entre géneros e entre pessoas racializadas e não racializadas.

9. Avaliação:

A avaliação final é composta pela avaliação do relatório (100% ou 80%) e, caso o/a aluno/a tenha registo, à avaliação das participações orais e integrado o projeto de investigação (20 %).

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

O seminário inicia-se por um conjunto de aulas de índole mais teórica – exposição e discussão dos conteúdos programáticos – tendo como objetivo a familiarização dos/as alunos/as com o processo penal português. A exposição da matéria é feita, sempre que possível, a partir ou através de casos reais decididos por tribunais nacionais ou estrangeiros. Durante o 1.º semestre será preparada a execução do projeto de investigação, que irá decorrer já no 2.º semestre. As aulas do 2.º semestre serão dedicadas ao projeto e à exposição dos temas trabalhados pelos/as alunos/as.

11. Bibliografia principal:

AA. VV. “A Reforma do Direito Processual Penal português em perspetiva teórico-prática”, Revista Portuguesa de Ciência Criminal, 2-3, 2009; AA. VV. Comentário Judiciário do Código de Processo Penal, II, Artigos 124.º a 190.º, Coimbra: Almedina, 2018; AA. VV. Direito Processual Penal: Materiais de apoio às aulas práticas (org.: Jorge Noronha e Silveira et al.), 2.ª ed., Lisboa: AAFDL (reimpressão, 2006); AA. VV. Questões avulsas de processo penal (org.: Paulo de Sousa Mendes et al.), Lisboa: AAFDL (reimpressão, 2009); AA. VV. Comentário Judiciário do Código de Processo Penal, I, Artigos 1.º a 123.º, Coimbra: Almedina, 2019; AA. VV. Comentário da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e dos Protocolos (org.: Paulo Pinto de Albuquerque), 2 Vols., Lisboa: Universidade Católica Editora, 2019; AA. VV. Prova Penal Teórica e Prática (org.: Paulo de Sousa Mendes e Rui Soares Pereira), Coimbra: Almedina, 2019; AA. VV. Novos Elementos de Estudo – Direito Processual Penal (org.: Paulo de Sousa Mendes), Lisboa: AAFDL (1.ª reimp. da 2.ª ed. 2021, 1.ª ed. 2009). AA. VV. Corrupção em Portugal – Avaliação Legislativa e Propostas de Reforma (org.: Paulo Pinto de Albuquerque, Rui Cardoso e Sónia Moura), Lisboa: Universidade Católica Editora, 2021; ABRANTES, João “Os acordos sobre a sentença em processo penal”, Julgar, 1, 2020, online; ALBERGARIA, Pedro Soares de “Nótula sobre o âmbito objectivo e subjectivo da obrigação de reexame dos pressupostos da prisão preventiva na L 9/2020, de 10 de Abril”, Julgar, 1, 2020, online; ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, 4.ª ed., Lisboa: Universidade Católica Editora, 2011; ALEXY, Robert Teoria da Argumentação Jurídica. A teoria do discurso racional como teoria da justificação jurídica, Landy, 2001; ANDRADE, Manuel da Costa Sobre as proibições de prova em processo penal, Coimbra: Coimbra Editora (reimpressão, 2006); ANDRADE, Manuel da Costa “Bruscamente no Verão Passado”, a reforma do Código de Processo Penal: Observações críticas sobre uma Lei que podia e devia ter sido diferente, Coimbra: Coimbra Editora, 2009; ANTUNES, Maria João Direito Processual Penal, Coimbra: Almedina (1.ª reimp. da 2.ª ed., 2020); ANTUNES, Maria João “A posição processual da pessoa coletiva constituída arguida”, Julgar, 38, 2019, pp. 19-29; ANTUNES, Maria João “Abertura da audiência para aplicação retroactiva da lei penal mais favorável”, Revista portuguesa de ciência criminal, 18, .2-3, 2008, pp. 333-346; BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy Vícios de motivação da sentença penal: ausência de motivação, motivação contraditória, motivação implícita e motivação per relationem, Revista brasileira de ciências criminais, São Paulo, a.10, n.38, 2002, pp. 122-141; BARREIROS, José António “Inquérito sem prazo, justiça sem fim?”, Julgar, 34, 2018, pp. 149-164; BARREIROS, José António “Segredo de justiça e conflito de direitos: espaço de criminalização ou de



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

descriminalização?”, *Julgar*, 32, 2017, pp. 188-201; BELEZA, Teresa Pizarro Apontamentos de Direito Processual Penal. (Aulas teóricas dadas ao 5.º Ano, turma de dia, 1991-1992, 1.º semestre), I, com a colaboração de Frederico Isasca e Rui Sá Gomes, AAFDL, Lisboa, 1992; BELEZA, Teresa Pizarro Apontamentos de Direito Processual Penal. (Aulas teóricas dadas ao 5.º Ano, 1991/92 e 1992/93), II, com a colaboração de Germano Marques da Silva, José Souto de Moura, e Patrícia Barfeitos, AAFDL, Lisboa, 1993; BELEZA, Teresa Pizarro Apontamentos de Direito Processual Penal. (Aulas teóricas dadas ao 5.º Ano, 1994/95), III, com a colaboração de Germano Marques da Silva, José Souto de Moura, e Patrícia Barfeitos, AAFDL, Lisboa, 1995; BELEZA, Teresa Pizarro / PINTO, Frederico da Costa Direito Processual Penal I. Objecto do Processo, Liberdade de Qualificação Jurídica e Caso Julgado. (Texto introdutório), Lisboa, 2001; BETTIOL, G. “La correlazione tra accusa e sentenza nel processo penale”, *Scritti giuridici*, I, CEDAM, Padova, 1966, pp. 222-306; BETTIOL, G. “La correlazione tra accusa e sentenza nel processo penale”, *Scritti giuridici*, I, CEDAM, Padova, 1966, pp. 222-306; BETTIOL, G. “Sulla correlazione tra accusa e sentenza”, *Scritti giuridici*, II, CEDAM, Padova, 1966, pp. 750-753; BETTIOL, G. “Sur rapporti fra contestazione dell’accusa e sentenza: imputazione come autore e condanna come partecipe”, *Scritti giuridici*, I, CEDAM, Padova, 1966, pp. 199-201; BETTIOL, G. “Sentenza penale di condanna e accertamento alternativo dei fatti”, *Scritti giuridici*, I, CEDAM, Padova, 1966, pp. 202-210; BETTIOL, G. “Imputazione per reati connessi e condanna per reato unitario”, *Scritti giuridici*, I, CEDAM, Padova, 1966, pp. 211-213; BETTIOL, G. *Instituições de Direito e Processo Penal*, Coimbra Editora, 1974; BETTIOL, G. El problema penal, tradução de Jose Luis Guzman Dalbora, Hammurabi, Buenos Aires, 1995; BOCKEL, Willem Bastiaan van The ne bis in idem principle in EU law. A conceptual and jurisprudential analysis, Ipskamp Drukkers, Amsterdam, 2009; BOLDT, Raphael / CARVALHO, Thiago Fabres de “Processo e tragédia: a sentença penal como locus da crise sacrificial”, *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 23, 115, 2015, p.141-165; BONIFAZ, Augusto Renzo Espinoza, “Estrategias de litigación penal: Teoría del Caso”, *derechopenalonline*, <http://www.derechopenalonline.com/derecho.php?articulos.2010>; BRANDÃO, Nuno “A nova face da instrução”, *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 18, n.os 2/3, 2008, pp. 227-255; BRANDÃO, Nuno “Acordos sobre a sentença penal: problemas e vias de solução”, *Julgar*, 25, 2015, pp. 161-175; BRANDÃO, Nuno “Era uma vez o princípio da concentração temporal? Notas sobre a revisão do artigo 328.º do CPP”, *Julgar*, 28, 2016, pp. 107-124; BRANDÃO, Nuno “Colaboração premiada: reflexões críticas sobre os acordos fundantes da operação Lava Jato”, *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 133, 2017, pp. BRANDÃO, Nuno “Medidas de Coacção: o procedimento de aplicação na revisão do Código de Processo Penal”, *Revista do CEJ*, 9 (especial): Jornadas sobre a Revisão do Código de Processo Penal, 2008, p. 71-02; BRANDÃO, Nuno “Inverdades e Consequências: Considerações em Favor de uma Concepção Subjectiva da Falsidade de Testemunho”, *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 3, 2010, p. 477-50; BRANDÃO, Nuno “Colaboração probatória no sistema penal português: prémios penais e processuais”, *Julgar*, 39, 2019, pp. 115-134; BRANDÃO, Nuno “O whistleblowing no ordenamento jurídico português”, *Revista do Ministério Público*, 161, 2020, pp. 99-113; BRITO, Ana Maria Barata de, “Os poderes de cognição das Relações em matéria de facto em processo penal”, (online), 2012; BRITO, José de Sousa e “Teoria do crime e técnica de subsunção”, disponível no site da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, www.fd.un.pt; BRITO, José de Sousa e “Sentido e valor da análise do crime”, *Textos de apoio de Direito Penal*, 1, AAFDL, Lisboa, 1983/84, pp. 65-125; BRITO, José de Sousa e “Para fundamentação do Direito Criminal”, *Textos de apoio de Direito Penal*, 1, AAFDL, Lisboa, 1983/84, pp. 127-233; BRITO, José de Sousa e “A lei penal na Constituição”, *Estudos sobre a Constituição*, AA.VV., coordenação de Jorge Miranda, Livraria Petrony, Lisboa, 1978, pp. 197-254; CAAMANO, Francisco La garantía constitucional de la inocencia. Valencia, Editorial Tirant lo Blanch, 2003; CABRAL, José António Henriques dos Santos “Breves notas sobre a Estratégia Nacional contra a Corrupção”, *Julgar*, 1, 2021, online; CABRAL, José António Henriques dos Santos “Branqueamento de capitais e prova indiciária”, *Julgar*, 1, 2020, online; CABRAL, José António Henriques dos Santos “O direito premial e o seu contexto”, *Julgar*, 1, 2020, online; CAENEGEM, William van “Advantages and disadvantages of the adversarial system in criminal proceedings”, (online), Bond University, 1999, pp. 69 a 102; http://epublications.bond.edu.au/law_pubs/224; CAIRES, João Gouveia de “O regime processual aplicável ao crime organizado (económico-financeiro): âmbito de aplicação da Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro, o regime do sigilo e do registo de voz e imagem”, *Direito Penal Económico e Financeiro. Conferências do Curso Pós-graduado de Aperfeiçoamento*, coordenação de Maria Fernanda Palma, Augusto Silva Dias e Paulo de Sousa Mendes, Coimbra Editora, 2012, pp. 453-547; CAIRES, João Gouveia de “Métodos ocultos na criminalidade económico-financeira: entre a (a)tipicidade e a cumulação”, *Julgar*, 39, 2019, pp. 45-84; CALLARI, Francesco La Firmitas del Giudicato Penale. Essenza e Limiti, Giuffrè Editore, Milão, 2009; CANAS, Vitalino “Proporcionalidade (Princípio da)”, *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, VI, Lisboa, 1994, pp. 591-649; CANAS, Vitalino “O Princípio da Proibição do Excesso na Constituição: Arqueologia e Aplicações”, *Perspectivas Constitucionais. Nos 20 anos da Constituição de 1976*, II, Coimbra Editora, 1997, pp. 323-357; CANOTILHO, J. J. GOMES / BRANDÃO, Nuno “Colaboração premiada e auxílio judiciário em matéria penal: a ordem pública como obstáculo à cooperação com a operação Lava Jato”, *Revista de Legislação e Jurisprudência*, 4000, 2017, pp. 16-38; CANOTILHO, José Joaquim Gomes / MOREIRA, Vital Constituição da República Portuguesa. Anotada, I, Coimbra Editora, 2007; CANOTILHO, José



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Joaquim Gomes / MOREIRA, Vital Constituição da República Portuguesa. Anotada, II, 4.^a Ed., Coimbra Editora, 2010; CANTÓN, Fernando Díaz “La ilegitimidad de una tradicional excepción a la garantía ne bis in ídem y otros problemas”, in La motivación de la sentencia penal y otros estudios, Buenos Aires, Ed. del Puerto, 2005, pp. 191-207; CANTÓN, Fernando Díaz “Vicisitudes de la cuestión de la autonomía o dependencia entre el Derecho penal y el Derecho procesal penal”, in La motivación de la sentencia penal y otros estudios, Buenos Aires, Ed. del Puerto, 2005, pp. 3-33; CANTRELL, Charles L. “Double Jeopardy and Multiple Punishment: an Historical and Constitutional Analysis”, South Texas Law Journal, 24, 1983, pp. 735-772; CAPONE, Arturo Iuris novit curia. Studio sulla riqualificazione giuridica del fatto nel processo penale, Wolters Kluwer Italia, 2010; CARNELUTTI, Francesco Cuestiones sobre el proceso penal, tradução de Santiago Sentís Melendo, Libreria El Foro, Buenos Aires, 1961; CARVALHO, Américo A. Taipa de “Anotação ao art. 29.^o”, Constituição Portuguesa Anotada, organização de Jorge Miranda e Rui Medeiros, I, Coimbra Editora, 2005; CARVALHO, Maria Clara Calheiros de “A Base Argumentativa na Decisão Judicial”, Julgar, 6, 2008, online, pp. 69-76; CASTRO-RODRIGUES, Andreia de / FONTENLA, Ana Sacau “Sentence pronouncements: What judges say when sentencing”, European Journal of Criminology, (online), 2012; CATANA, David “As Medidas de Coação e de Garantia Patrimonial”, Apontamentos de Direito Processual Penal. (Aulas teóricas dadas ao 5.^o Ano, turma de dia, 1991/92 e 1992/93), II, com a colaboração de Charles Brooks, David Catana, Eliana Gersão, Rui Sá Gomes, José Souto de Moura, José Narciso da Cunha Rodrigues e Elisabeth Sousa, AAFDL, Lisboa, 1993, pp. 87-125; CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS “Jornadas sobre a revisão do Código de Processo Penal: Estudos”, Revista do CEJ, 2008, /Especial; COLIN KING, Nicholas Lord Negotiated Justice and Corporate Crime The Legitimacy of Civil Recovery Orders and Deferred Prosecution Agreements, Palgrave Pivot, Cham, 2018; COLOMER, Juan-Luis Gómez “La influencia del modelo adversarial anglosajón de enjuiciamiento criminal en la futura reforma procesal penal española”, Revista de Derecho Procesal Penal, 2, 2007, pp. 83-149; CONCEIÇÃO, Ana Raquel “O estatuto do arrependido colaborador no dealbar do (ainda) admirável mundo novo – um novo meio de obtenção da prova a tipificar em Portugal”, Julgar, 1, 2020, online; CONSO, Giovanni / GUARINIELLO, Raffaele “L’Autorità della Cosa Giudicata Penale”, Rivista Italiana di Diritto e Procedura Penale, 1975, pp. 44-54; CONSO, Giovanni / GUARINIELLO, Raffaele I fatti giuridici processuali penali. Perfezione ed efficacia, Giuffrè, Milano, 1955; CORDEIRO, Robalo “Audiência de Julgamento”, O Novo Código de Processo Penal. Jornadas de Direito Processual Penal, Almedina, Coimbra, 1988, pp. 291-316; CORREIA, Eduardo Processo Criminal. Segundo as preleções do Prof. Doutor Eduardo Henriques da Silva Correia ao curso do 5.^o Ano Jurídico de 1954-55, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1956; CORREIA, Eduardo A teoria do concurso em direito criminal. I – Unidade e pluralidade de infracções. II. Caso julgado e poderes de cognição do juiz, Almedina, Coimbra, 1996; CORREIA, João Conde O «mito do caso julgado» e a revisão propter nova, Coimbra Editora, 2011; CORREIA, João Conde Contributo para a análise da inexistência e das nulidades processuais penais, 1999; CORREIA, João Conde “«Non-conviction based confiscations» no Direito Penal português vigente: «quem tem medo do lobo mau?»”, Julgar, 32, 2017, pp. 71-95; COSSIO, Carlos Teoría de la verdad jurídica, Editorial Losada, Buenos Aires, 1954; COSTA, Jennifer E. “Double Jeopardy and Non Bis In Idem: Principles of Fairness”, University of California Journal of International Law & Policy, 4, 1998, pp. 181-200; COSTA, José Francisco de Faria “O direito penal, a linguagem e o mundo globalizado (Babel ou esperanto universal?)”, Revista de Legislação e Jurisprudência, 138, 3955, 2009, pp. 218-227; COSTA, José Francisco de Faria “Os códigos e a mesmidade: O Código de Processo Penal de 1987”, Que futuro para o Direito Processual Penal? Simpósio em homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal português (org.: Mário Ferreira Monte et al.), Coimbra: Coimbra Editora, 2009, pp. 441-459; CUESTA, José Luis de la/ ESER, Albin “Competencias criminales nacionales e internacionales concurrentes y el principio ‘ne bis in idem’”, Revue International de Droit Penal, Toulouse, nouvelle série, 72, 2001, pp. 765 a 777; CUESTA, José Luis de la/ ESER, Albin “Les compétences criminelles concurrentes nationales et internationales et le principe ne bis in idem”, Revue International de Droit Penal, Toulouse, nouvelle serie, 72, 2001, pp. 739-777; CUNHA, José António Rodrigues da “A colaboração do arguido com a justiça – a confissão e o arrependimento no sistema penal português”, Julgar, 32, 2017, pp. 45-69; CUNHA, José Damião da O Ministério Público e os Órgãos de Polícia Criminal no Novo Código de Processo Penal, Universidade Católica Editora, Porto, 1993; CUNHA, José Damião da “Rejeição da acusação por manifesta insuficiência da prova indiciária”, Revista Portuguesa de Ciência Criminal, 5, 1, 1995, pp. 107 a 121; CUNHA, José Damião da Da perda de objectos relacionados com o crime, apontamentos policopiados, Universidade Católica Editora, Porto, 1999; CUNHA, José Damião da O caso julgado parcial: questão da culpabilidade e questão da sanção num processo de estrutura acusatória, Universidade Católica, Porto, 2002; CUNHA, José Damião da “Justiça Constitucional e Constituição Processual Penal. Algumas reflexões”, Ars Iudicandi. Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Castanheira Neves, organização de Jorge de Figueiredo Dias, José Joaquim Gomes Canotilho, e José de Faria Costa, Coimbra Editora, 2008, pp. 177 a 199; CUNHA, José Damião da “Perda de bens a favor do Estado: arts. 7.^o-12.^o da Lei n.^o 5/2002, de 11 de Janeiro. Medidas de combate à criminalidade organizada e económico-financeira”, Direito Penal Económico e Europeu (textos doutrinários), III, Coimbra Editora, 2009, pp. 125 a 156; CUNHA, José Damião da “Ne bis in idem e exercício da acção penal”, Que Futuro para o Direito Processual penal? Simpósio em



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Homenagem a Jorge de Figueiredo Dias por Ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal, Coimbra Editora, 2009, pp. 553 a 581; CUNHA, José Manuel Damião da “Uma reflexão sobre atos decisórios dos juízes (da forma em processo penal)”, Revista portuguesa de ciência criminal, 26, 1-4, 2016, pp. 351-395; CUNHA, Maria da Conceição Ferreira “Do desconto das medidas processuais privativas da liberdade – análise de algumas questões”, Juris et de Jure. Nos vinte anos da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Porto, coordenação de Manuel Afonso Vaz e J. A. Azeredo Lopes, Porto, 1998, pp. 873 a 897; DANTAS, António Leones “A definição e evolução do objecto do processo no processo penal”, Revista do Ministério Público, 16, 63, 1995, pp. 89 a 107; DASKALAKIS, Elie La notion d’unité e de pluralité d’infractions et son rôle dans le procès pénal, Paris, 1969; DÉCIMA, Olivier L’identité des faits en matière pénale, Dalloz, 2008; DELMAS-MARTY, Mireille European Criminal Procedures, Cambridge: Cambridge University Press, 2002; DEU, Teresa Armenta Principio acusatorio y derecho penal, Bosch, Barcelona, 1995; DEU, Teresa Armenta “Principio acusatorio: realidad y utilización (lo que es y lo que no)”, La Reforma de la Justicia Penal (Estudios en homenaje al Prof. Klaus Tiedemann), coordenação de Juan-Luis Gómez Colomer e José-Luis González Cussac, Publicaciones de la Universitat Jaume I, 1997, pp. 313-335; DEU, Teresa Armenta “Juicio de acusación, imparcialidad del acusador y derecho de defensa”, Ius et Praxis [online], 13, 2, 2007, pp. 81-103; DIAS, Augusto Silva “A tutela do ofendido e a posição do assistente no processo penal português”, Jornadas de direito processual penal e direitos fundamentais, Almedina, 2004, pp. 55-65; DIAS, Augusto Silva “Reconhecimento e Coisificação nas Sociedades Contemporâneas. Uma Reflexão sobre os Limites da Intervenção Penal do Estado”, Liber Amicorum de José de Sousa e Brito em comemoração do 70.º Aniversário. Estudos de Direito e Filosofia, Almedina, Coimbra, 2010, pp. 113-131; DIAS, Augusto Silva “Criminalidade organizada e combate ao lucro ilícito”, 2.º Congresso de Investigação Criminal, organização da Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal da Polícia Judiciária e do Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Almedina, Coimbra, 2010, pp. 23-47; DIAS, Augusto Silva / RAMOS, Vânia Costa O Direito À Não Auto-Inculpação (Nemo Tenetur se Ipsum Accusare) No Processo Penal e Contra-Ordenacional Português, Coimbra Editora, 2009; DIAS, Figueiredo “Acordos sobre a sentença em processo penal: um caso exemplar das relações entre o direito processual penal e o direito constitucional”, Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Joaquim Gomes Canotilho, Coimbra Editora, 2012, pp. 259-28; DIAS, Jorge de Figueiredo “Direito Penal e Estado-de-Direito Material. Sobre o método, a construção e o sentido da doutrina geral do crime”, Revista de Direito Penal, 31, 1981, pp. 38-53; DIAS, Jorge de Figueiredo “Acordos sobre a sentença em processo penal: um caso exemplar das relações entre o direito processual penal e o direito constitucional”, Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Joaquim Gomes Canotilho, Coimbra Editora, 2012, pp. 259-28; DIAS, Jorge de Figueiredo “Sobre a reparação de perdas e danos arbitrada em processo penal”, Suplemento ao Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 16, 1966; DIAS, Jorge de Figueiredo “A nova Constituição da República e o Processo Penal”, Separata da Revista da Ordem dos Advogados, 1976, pp. 99 a 109; DIAS, Jorge de Figueiredo Direito Processual Penal, I, Coimbra Editora, 1981; DIAS, Jorge de Figueiredo “Os Novos Rumos da Política Criminal e o Direito Penal Português”, Revista da Ordem dos Advogados, 43, I, 1983, pp. 5-40; DIAS, Jorge de Figueiredo “Sobre os sujeitos processuais no novo código de processo penal”, O Novo Código de Processo Penal. Jornadas de Direito Processual Penal, Almedina, Coimbra, 1988, pp. 3-34; DIAS, Jorge de Figueiredo Direito Processual Penal. Lições do Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias, coligidas por Maria João Antunes, Assistente da Faculdade de Direito de Coimbra, Universidade de Coimbra, 1988-9; DIAS, Jorge de Figueiredo “Os princípios estruturantes do processo e a revisão de 1998 do Código de Processo Penal”, Revista Portuguesa de Ciência Criminal, ano 8, n.º 2, 1998, pp. 199 a 213; DIAS, Jorge de Figueiredo “O processo penal português: Problemas e prospectivas”, Que futuro para o Direito Processual Penal? Simpósio em homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal português (org.: Mário Ferreira Monte et al.), Coimbra Editora, 2009, pp. 805-819; DIAS, Jorge de Figueiredo “Sobre a natureza e a espécie da “verdade” em processo penal” Liberdade, sempre!: homenagem a Jorge Carlos de Almeida Fonseca por ocasião dos seus 70 anos, organização de Lígia Dias Fonseca, Sofia Dupret Fonseca, Livraria Pedro Cardoso, 2020, pp. 579-591; DIAS, Jorge de Figueiredo / BRANDÃO, Nuno Sujeitos Processuais Penais: O Tribunal, Texto de apoio ao estudo da unidade curricular de Direito e Processo Penal do Mestrado Forense da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra Sujeitos Processuais Penais: O Arguido e o Defensor. Texto de apoio ao estudo da unidade curricular de Direito e Processo Penal do Mestrado Forense da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2020; DIAS, Jorge de Figueiredo / BRANDÃO, Nuno Sujeitos Processuais Penais: O Tribunal, Texto de apoio ao estudo da unidade curricular de Direito e Processo Penal do Mestrado Forense da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra Sujeitos Processuais Penais: O Arguido e o Defensor. Texto de apoio ao estudo da unidade curricular de Direito e Processo Penal do Mestrado Forense da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2020; DIAS, Jorge de Figueiredo / BRANDÃO, Nuno “O controlo pelo juiz de instrução das invalidades e proibições de prova durante a fase de inquérito”, Homenagem ao Professor Doutor Germano Marques da Silva, I, Católica editora, 2020, pp. 1156-1177; DIAS, Jorge de Figueiredo / ANDRADE, Manuel da Costa “Limites do direito de defesa. O direito de defesa em Processo Penal”, Revista da Ordem dos Advogados, 52, I, 1992, pp. 273 a 292; DIAS, Maria do Carmo Saraiva de Menezes da Silva



“Ofendida, lesada, assistente, vítima – definição e intervenção processual”, *Julgar*, 1, 2019, online; EDWARDS, Jessica L. “Prosecutorial Misconduct and the Double Jeopardy Clause: an Attempt to Find a Universally Acceptable Standard”, *Suffolk University Law Review*, 37, 2004, pp. 145-167; FERRA, Andreia Valadares “A utilização em processo penal da prova obtida pela Autoridade Tributária ao abrigo do dever de colaboração e o direito à não auto-inculpação do contribuinte (O Acórdão n.º 298/2019 do Tribunal Constitucional)”, *Julgar*, 1, 2020, online; FERRAJOLI, Luigi “Derecho y razón. Teoría del garantismo penal”, Editorial Trotta, tradução de Perfecto Andrés Ibáñez, Alfonso Ruiz Miguel, Juan Carlos Bayón Mohino, Juan Terradillos Basoco e Rocío Cantarero Bandrés, Madrid, 1995; FERREIRA, Manuel Cavaleiro de “A pronúncia”, *Scientia Iuridica*, 191-192, 1984, pp. 3-24; FERREIRA, Manuel Cavaleiro de “Curso de Processo Penal, 1”, Editora Danúbio, Lisboa, 1986; FERREIRA, Manuel Cavaleiro de “Curso de Processo Penal, 2”, Editora Danúbio, Lisboa, 1986; FERREIRA, Manuel Cavaleiro de “Os pressupostos processuais”, *Obra dispersa*, I, Universidade Católica, Lisboa, 1996, pp. 345-410; FERREIRA, Manuel Marques “Da fundamentação da sentença penal em matéria de facto”, *Revista jurídica de Macau*, 4, 1, 1997, p.65-74; FERREIRA, Manuel Marques “Julgamento e Sentença”, *Revista do Ministério Público/Jornadas de Processo Penal*, 1987, pp. 125 a 150; FERREIRA, Manuel Marques “Da alteração dos factos objeto do processo penal”, *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, ano 1, n.º 2, 1991, pp. 221-239; FERRETTI, Carlos del Río “La correlación de la sentencia con la acusación y la defensa. Estudio comparado del derecho español con el chileno, tese de doutoramento inédita, Universitat de Valencia, Servei de Publicacions, 2007; FERRETTI, Carlos del Río “Deber de congruencia (rectius, correlación) de la sentencia penal y objeto del proceso: un problema no resuelto en la ley e insoluble para la jurisprudencia chilena”, *Ius et Praxis*, 14, 2, 2008, pp. 1 a 32; FERRETTI, Carlos del Río “Dos formas discutibles de poner en duda el carácter cognoscitivo de la aplicación judicial del Derecho penal: el principio del consenso y la garantía de la no agravación punitiva”, *Revista de Derecho de la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso*, XXXIV, 2010, pp. 349 a 383; FIDALGO, Sónia “O consenso no processo penal: reflexões sobre a suspensão provisória do processo e o processo sumaríssimo”, *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 18, 2-3, 2008, pp. 277-315; FIDALGO, Sónia “A recolha de prova em suporte eletrónico – em particular, a apreensão de correio eletrónico”, *Julgar*, 39, 2019, pp. 151-160; FIGUEIREDO, Herivelton Rezende de “A influência dos meios de comunicação exercida sobre o juiz criminal, tese, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2014; FINLAY, Lorraine “Does the International Criminal Court protect against double jeopardy: an analysis of article 20 of the Rome Statute”, *University of California, Davis, Journal of International Law and Policy*, 15, 2009, pp. 221-248; FLETCHER, Maria “Some developments to the ne bis in idem principle in the EU: Criminal proceedings against Hüsesein Gözütok and Klaus Brügge”, *Modern Law Review*, 66, 2003, pp. 769-780; FLETCHER, Maria “The problem of multiple criminal prosecutions: building an effective EU response”, *Yearbook of European Law*, 26, 2007 (online), disponível em <http://eprints.gla.ac.uk/3811>; GARCÍA ARÁN, Mercedes “Culpabilidad, legitimación y proceso”, *Anuario de derecho penal y ciencias penales*, 41, 1, 1988, pp. 71-114; GARRIÓ, Alejandro D. “Garantías Constitucionales en el Proceso Penal, 3.ª Ed., Hammurabi, Buenos Aires, 1994; GASPAR, António Henriques “As exigências da investigação no processo penal durante a fase de instrução” Que futuro para o direito processual penal? : simpósio em Homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal Português, coordenação Mário Ferreira Monte, Coimbra Editora, 2009, pp. 87-101; GIANNITI, Pasquale “Rilievi sul «fatto» nel processo penale”, *Rivista italiana di diritto e procedura penale*, 1999, pp. 408-433; GODINHO, Jorge Alexandre Fernandes “Brandos costumes? O confisco penal com base na inversão do ónus da prova. (Lei N.º 5/2002, de 11 de Janeiro, artigos 1.º e 7.º a 12.º)”, *Liber discipulorum para Jorge de Figueiredo Dias*, AA. VV., Coimbra Editora, 2003, pp. 1315-1363; GOLDSCHMIDT, James “Problemas jurídicos y políticos del proceso penal, (Conferencias dadas en la Universidad de Madrid en los meses de diciembre de 1934 y de enero, febrero y marzo de 1935), Bosch, Barcelona, 1935; GOMES, Elisabete Maria Pereira “O consenso na fase de julgamento em processo penal. Acordos sobre a sentença em processo penal”, *Julgar Online*, 2, 2020; GOMES, Joaquim Correia “A Motivação Judicial em Processo Penal e as suas Garantias Constitucionais”, *Julgar*, 6, 2008, online, pp. 77-97; GOMES, Rui Sá “A Lei Processual Penal e a sua aplicação”, *Apontamentos de Direito Processual Penal. (Aulas teóricas dadas ao 5.º Ano, turma de dia, 1991/92 e 1992/93)*, II, com a colaboração de Charles Brooks, David Catana, Eliana Gersão, Rui Sá Gomes, José Souto de Moura, José Narciso da Cunha Rodrigues e Elisabeth Sousa, AAFDL, Lisboa, 1993, pp. 75 a 86; GONÇALVES, Fernando / ALVES, Manuel João “A prova do crime: meios legais para a sua obtenção”, Coimbra, Almedina, 2009; GONÇALVES, Marcos “O tribunal do júri: seleção e procedimento”, *Julgar*, 30, 2016, pp. 157-178; GRINOVER, Ada Pellegrini “A iniciativa instrutória do juiz no processo penal acusatório”, *Revista Forense*, 347, 1999, pp. 3 a 10; GRIOLET, Gaston “De l'autorité de la chose jugée en matière civile et en matière criminelle”, A. Marescq Aîné, Paris, 1868; HAYES, Rebecca M. / LUTHER, Kate “#Crime. Social Media, Crime, and the Criminal Legal System”, Palgrave Macmillan, Cham, 2018; HEFFERNAN, William C. “Rights and Wrongs. Rethinking the Foundations of Criminal Justice”, Palgrave Macmillan, London, 2019; HOMEM, António Barbas “Judex perfectus, Função jurisdicional e estatuto judicial em Portugal, 1640-1820”, Coimbra, 2003; HÜNERFELD, Peter “A pequena criminalidade e o processo penal”, *Revista de Direito e Economia*, 1, 22, 1978, pp. 25 a 47; IBÁÑEZ, Perfecto Andrés, “Valoración da prova e sentença penal”, Perfecto Andrés Ibáñez, *Lumen juris*, 2006; IBÁÑEZ, Perfecto Andrés,



“Acerca de la motivación de los hechos en la sentencia penal”, *Ciencias Penales, Revista da Asociación de Ciencias Penales de Costa Rica*, 7, 10, 1995(online); ISASCA, Frederico “Alteração substancial dos factos e sua relevância no processo penal português, Coimbra, Almedina, 1992; ISASCA, Frederico “Alteração da qualificação jurídica e objeto do processo”, *Estudos Comemorativos do 150º Aniversário do Tribunal da Boa-Hora, Ministério da Justiça*, 1995, pp. 235 a 246; ISASCA, Frederico “Sobre a alteração da qualificação jurídica em Processo Penal”, *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, ano 4, n.º 3, 1994, pp. 369 a 401; ISASCA, Frederico “A prisão preventiva e as restantes medidas de coacção”, *Jornadas de direito processual penal e direitos fundamentais*, Almedina, 2004, pp. 99 a 118; JORDAAN, L. “Multiple trials for crimes arising from the same facts and the constitutional right of the accused to be protected against double jeopardy”, *South African Journal of Criminal Justice*, 11, 1998, pp. 21 a 50; KARAKOSTA, Christina “Ne bis in idem: une jurisprudence peu visible pour un droit intangible”, *Revue Trimestrielle des Droits de L’Homme*, Bruxelles, ano 19, n.º 73, 2008, pp. 25 a 49; KAYE, Nicholas “Freezing and confiscation of criminal proceeds”, *Revue Internationale de Droit Pénal*, 77, I, 2006, pp. 322 a 331; KESSLER, David K. “Constructive Amendment of Criminal Indictments”, 25 de novembro, 2012, disponível em Social Sciences Research Network, (SSRN), <http://ssrn.com>; KIRCHHEIMER, Otto “The Act, the Offense and Double Jeopardy”, *Yale Law Journal*, 58, 4, 1949, pp. 513 a 544; KLEIN, Susan R. “Civil In Rem Forfeiture and Double Jeopardy”, *Iowa Law Review*, 82, 1996-1997, pp. 183 a 274; LAMAS, Ricardo Rodrigues da Costa Correia “O recebimento indevido de vantagem. Análise substantiva e perspetiva processual”, *Revista do Ministério Público*, 32, 126, 2011, pp. 65 a 154; LARSEN, Allison Ore “Judging «under fire» and the retreat to facts”, *William & Mary Law Review*, 61, 4, 2020, p. 1083-1120; LEAL, Celso “Notificação de arguido para comparecer a julgamento em processo sumário – a despenalização do crime de desobediência com a entrada em vigor da Lei n.º 48/2007, de 29 de agosto”, *Revista do CEJ*, 7, 2007, pp. 125 a 139; LEITÃO, Helena “Processos especiais : os processos sumário e abreviado no Código de processo penal: após a revisão operada pela Lei n.º 48-2007, de 29 de Agosto” *Jornadas sobre a revisão do Código de processo penal: estudos*, Lisboa: CEJ, 2008, pp. 337-354; LEITE, Inês Ferreira «Ne (Idem) Bis in Idem» – A proibição de dupla punição e de duplo julgamento como contributo para a racionalidade do poder punitivo público, I e II, AAFDL, 2016; LEITE, Inês Ferreira O Conflito de Leis Penais. Natureza e Função do Direito Penal Internacional, Coimbra Editora, 2008 LEITE, Inês Ferreira “Segredo ou publicidade? A atenção de Kafka na investigação criminal portuguesa”, *Revista do Ministério Público*, 31, 124, 2010, pp. 5 a 87; LEITE, Inês Ferreira “Ne bis in idem”, *Comentário da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e dos Protocolos Adicionais*, org. Paulo Pinto de Albuquerque, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2019, pp. 2543-2515; LEITE, Inês Ferreira “O novo regime das escutas telefónicas. Uma visão panorâmica sobre a reforma de 2007”, *Direito de Investigação Criminal e da Prova*, coordenação de Maria Fernanda Palma, Carlota Pizarro de Almeida, Augusto Silva Dias, Paulo de Sousa Mendes, Almedina, 2014, pp. 255- 272; LEITE, Inês Ferreira “As linhas gerais da reforma do CPP de 2010”, *Direito de Investigação Criminal e da Prova*, coordenação de Maria Fernanda Palma, Carlota Pizarro de Almeida, Augusto Silva Dias, Paulo de Sousa Mendes, Almedina, 2014, pp. 81-94; LEITE, Inês Ferreira “A colaboração do co-arguido a fase de investigação”, *Direito de Investigação Criminal e da Prova*, coordenação de Maria Fernanda Palma, Carlota Pizarro de Almeida, Augusto Silva Dias, Paulo de Sousa Mendes, Almedina, 2014, pp. 223-236; LEITE, Inês Ferreira “Arrependido: A Colaboração do Co-Arguido na Investigação Criminal”, 2.º Congresso de Investigação Criminal, Coordenação científica de Maria Fernanda Palma, Augusto Silva Dias e Paulo de Sousa Mendes, Almedina, 2010; LELIEUR-FISCHER, Juliette La règle ne bis in idem. Du principe de l’autorité de la chose jugée au principe d’unicité d’action répressive. Etude à la lumière des droits français, allemand et européen, Université Panthéon-Sorbonne, Paris, 2005; LIGETI, Katalin “Judicial control in the system of mutual recognition — the ECJ’s Judgment in Mantello”, *Kritische Vierteljahresschrift für Gesetzgebung und Rechtswissenschaft*, 93, 4, 2010, pp. 380-390; LOPES, José Mouraz “Celeridade e diferenciação: a sentença nos processos especiais, sumário e abreviado”, *Direito penal: fundamentos dogmáticos e político-criminais, Homenagem ao Prof. Peter Hünerfeld*, Coimbra Editora, 2013, pp. 1265-1285; LOPES, Mara “O princípio da proibição da reformatio in pejus como limite aos poderes cognitivos e decisórios do tribunal — sentido e verdadeiro alcance”, *Estudos em Homenagem ao prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias*, Coimbra Editora, III, 2010, pp. 949 a 986; LÓPEZ, José María Suárez “La incidencia del principio non bis in idem ante ilícitos en materia de tráfico e seguridad vial”, *Delincuencia en materia de tráfico y seguridad vial: (aspectos penales, civiles y procesales)*, coordenação de Lorenzo Morillas Cueva e Luis Aparicio Díaz, Dykinson, Madrid, 2007, pp. 37 a 64; LÓPEZ, Pilar Rasillo “La investigación en los procesos penales españoles por corrupción”, *Julgar*, 39, 2019, pp. 85-113; LÓPEZ, Ricardo Molina “La McDonaldización del proceso penal. (La indemnización de perjuicios en el proceso penal como sustituto de la pretensión punitiva)”, *Revista de la Facultad de Derecho y Ciencias Políticas*, 38, 108, 2008, pp. 307 a 321; LÜDERSSEN, Klaus “La función preventivo-general del sistema del delito”, *Principales problemas de la prevención general*, Editorial BdeF, Buenos Aires, 2004, pp. 83-122; LUGO-OCANDO, Jairo *Crime Statistics in the News. Journalism, Numbers and Social Deviation*, Palgrave Macmillan, London, 2017; LYNCH, Mona “The Situated Actor and the Production of Punishment: Toward an Empirical Social Psychology of Criminal Procedure”, *The New Criminal Justice Thinking*, Sharon Dolovich, Alexandra Natapoff, NYU Press., 2017, pp. 199-225; MADEIRA, Inês Oliveira “A fiscalização pelo



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Tribunal Constitucional de eventuais violações do princípio jurídico-constitucional da legalidade criminal. Uma análise doutrinal e jurisprudencial”, *Julgar*, 1, 2021, online; MAIER, Julio B. J. “Inadmisibilidad de la persecución penal múltiple (ne bis in idem)”, *Antología. El Proceso Penal Contemporáneo*, Palestra Editores, Lima, 2008, pp. 411 a 456; MAIER, Julio B. J. “Derecho procesal penal. I. Fundamentos”, 2.ª Ed., Cartoné, 1996; MALAFAIA, Joaquim “O acusatório e o contraditório nas declarações prestadas nos actos de instrução e nas declarações para memória futura”, *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 14, 4, 2004, pp. 509-539; MALEKIAN, Farhad *Judgments of Love in Criminal Justice*, Springer International Publishing AG, 2017; MANCUSO, Enrico Maria *Il giudicato nel processo penale*, Giuffrè Editore, Milão, 2012; MANZANO, Mercedes Pérez *La prohibición constitucional de incurrir en bis in idem*, Tirant lo Blanch, Valencia, 2002; MANZANO, Mercedes Pérez / SÁNCHEZ, Juan Antonio Lascuraín / ROSIQUE, Marina Mínguez *Multilevel Protection of the Principle of Legality in Criminal Law*, Springer International Publishing AG, 2018; MARTÍN, Adán Nieto “El principio de ne bis in idem en el Derecho Penal Europeo e Internacional”, *El principio de ne bis in idem en el Derecho Penal Europeo e Internacional*, AA.VV., Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, Cuenca, 2007, pp. 9 a 16; MARTINS, José Joaquim Fernandes Oliveira “A Teia de Ariadne: O Direito Constitucional e o Direito Processual Penal”, *Julgar*, 1, 2022, online; MARTINS, José Pedro Fazenda *Os poderes de convalidação em Processo Penal*, Lisboa, 1986; MATA BARRANCO, Norberto Javier de la “Aspectos nucleares del concepto de proporcionalidad de la intervención penal”, *Anuario de derecho penal y ciencias penales*, 60, 1, 2007, pp. 165-204; MATTA, Paulo Saragoça da “A livre apreciação da prova e o dever de fundamentação da sentença”, *Jornadas de direito processual penal e direitos fundamentais*, Almedina, 2004, pp. 221 a 279; MATTA, Paulo Saragoça da “A livre apreciação da prova e o dever de fundamentação da sentença”, *Jornadas de direito processual penal e direitos fundamentais*, Almedina, 2004, pp. 221-279; MCKIMMIE, Blake M. “14 Stereotypes in the Courtroom”, *New Directions for Law in Australia: Essays in Contemporary Law Reform*, Ron Levy/Molly O'brien/Simon Rice/Pauline Ridge/Margaret Thornton, ANU Press., pp. 173-180; MEAD, George Herbert “The Psychology of Punitive Justice”, *American Journal of Sociology*, 23, (1918); MELLADO, Luis Avilés “Hechos y su Fundamentación en la Sentencia, una Garantía Constitucional”, *REJ – Revista de Estudios de la Justicia*, 4, 2004, online, pp. 177-195; MENDES, Paulo de Sousa “O processo penal em ação: hipótese e modelo de resolução”, *Questões avulsas de processo penal*, Lisboa, AAFDL, 2000, pp. 85 a 126; MENDES, Paulo de Sousa “O regime da alteração substancial de factos no processo penal”, *Que Futuro para o Direito Processual penal? Simpósio em Homenagem a Jorge de Figueiredo Dias por Ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal*, Coimbra Editora, 2009, pp. 755 a 768; MENDES, Paulo de Sousa “O dever de colaboração e as garantias de defesa no processo sancionatório especial por práticas restritivas da concorrência”, *Julgar*, 9, 2009, 11 a 28; MENDES, Paulo de Sousa “As proibições de prova no processo penal”, *Jornadas de direito processual penal e direitos fundamentais*, Almedina, 2004, pp. 133 a 154; MENDES, Paulo de Sousa *Lições de Direito Processual Penal*, Almedina, Coimbra, 2013; MENDES, Paulo de Sousa “Estatuto de arguido e posição processual da vítima”, *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, n.º 17, 2007, pp. 601- 612; MENDES, Paulo de Sousa “A incerteza factual e prova em processo penal”, *Liber amicorum Manuel Simas Santos* (org.: André Paulino Piton e Ana Teresa Carneiro), Lisboa: Rei dos Livros, 2016, pp. 1057-1079; MENDONÇA, Luís Correia de / LOPES, José Mouraz “Julgar: contributo para uma análise estrutural da sentença civil e penal. A legitimação pela decisão”, *Revista do CEJ: Dossier temático Acusar/Julgar*, n.º 1, 2004, p.191-239; MERLE, R. / VITU, A. *Traité de droit criminel. Problèmes généraux de la science criminelle, Droit pénal général*, I, 7.ª Ed., Paris, Cujas, 1997; MESQUITA, Paulo Dá “Prazos da ação penal e procedimento para acusação”, *Julgar*, 34, 2018, pp. 165-188; MESQUITA, Paulo Dá “Alguns sinais sobre tendências actuais do processo penal português. (Convergências metodológicas sobre o contraditório, a prova, a imediação e a confiança nos juízes)”, *Julgar*, 25, 2015, pp. 109-144; MIR, José Cerezo *Curso de Derecho penal español. Parte General*, I, 5.ª Ed., Tecnos, Madrid, 2001; MIRANDA, Jorge / MEDEIROS, Rui *Constituição Portuguesa Anotada*, I, Coimbra Editora, 2005; MONTEIRO, Fernando Conde “Crime e Democracia: Algumas Reflexões Epistemológicas sobre o Papel do Direito Penal na Defesa dos Valores do Estado de Direito Democrático e Social da Constituição da República Portuguesa”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, 72, 4, Política e Filosofia I: A Democracia em Questão / Politics and Philosophy I: Democracy in Question, 2016, pp. 1077-1087; MORÃO, Helena “Justiça restaurativa e crimes patrimoniais”, *Direito Penal Económico e Financeiro. Conferências do Curso Pós-graduado de Aperfeiçoamento*, coordenação de Maria Fernanda Palma, Augusto Silva Dias e Paulo de Sousa Mendes, Coimbra Editora, 2012, pp. 257-280; MORÃO, Helena “Dever de acusar ou não acusar do Ministério Público em casos de justificação e desculpa?”, *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 22, n.º 1, 2012, pp. 61-77; MOURA, José Souto de “Notas sobre o objecto do processo (a pronúncia e a alteração substancial dos factos)”, *Revista do Ministério Público*, 12, 48, 1991, pp. 41-73; MOURA, José Souto de “Inquérito e instrução”, *O Novo Código de Processo Penal. Jornadas de Direito Processual Penal*, CEJ, Almedina, Coimbra, 1993, pp. 83-145; MOURA, José Souto de “O acordo no processo penal, um caminho já iniciado?”, in: AA. VV., *Liber amicorum Manuel Simas Santos* (org.: André Paulino Piton e Ana Teresa Carneiro), Lisboa: Rei dos Livros, 2016, pp. 783-797; MOUTINHO, José Lobo *A competência por conexão no Novo Código de Processo Penal*, suplemento de *Direito e Justiça: Revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa*, Lisboa, 1992; MOUTINHO, José Lobo *Da unidade à pluralidade dos crimes*



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

no Direito Penal Português, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2005; NAVARRO, Alicia González Correlación entre acusación y sentencia penal, tese de doutoramento, Universidad de la Laguna, 2001; NEVES, António Castanheira “O princípio da legalidade criminal. O seu problema jurídico e o seu critério dogmático”, Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Eduardo Correia, Coimbra Editora, Coimbra, 1984; pp. 307-471; NEVES, António Castanheira “Entre o «legislador», a «sociedade» e o «juiz» ou entre «sistema», «função» e «problema» - os modelos actualmente alternativos da realização jurisdicional do direito”, Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, LI, 74 (1998), p. 1-44 NEVES, António Castanheira “Questão-de-facto – Questão-de-direito ou o problema metodológico da juridicidade. (Ensaio de uma reposição crítica), I, Almedina, Coimbra, 1967; NEVES, António Castanheira “Sumários de Processo Criminal, Coimbra, 1968; NEVES, António Castanheira “O princípio da legalidade criminal. O seu problema jurídico e o seu critério dogmático”, Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Eduardo Correia, Coimbra Editora, Coimbra, 1984; pp. 307-471; NEVES, Rosa Vieira “A livre apreciação da prova e a obrigação de fundamentação da convicção (na decisão final penal), Coimbra Editora, 2011; NOGUEIRA, Ana Cláudia “Instrução criminal: mudanças precisam-se”, Julgar, 33, 2017, pp. 263-294; NUNES, Duarte Alberto Rodrigues “Sobre a admissibilidade da obtenção de dados de localização através de sistema GPS à luz do Direito português e do Acórdão Ben Faiza c. França do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem”, Julgar, 1, 2019, online; NUNES, Duarte Alberto Rodrigues “Admissibilidade da inversão do ónus da prova no confisco “alargado” de vantagens provenientes da prática de crimes (Anotação aos Acórdãos n.ºs 392/2015 e 476/2015 do Tribunal Constitucional)”, Julgar, 1, 2017, online; ORLANDI, Renzo “Principio di preclusione e processo penale. The principle of «estoppel» and criminal trial”, Processo penale e Giustizia, (online), I, 5, 2011, pp. 1 a 10; ORTMAN, William “Confrontation in the age of plea bargaining”, Columbia Law Review, 121, 2, 2021, 451-508; PAGLIARO, Antonio “Cosa giudicata e continuazione di reati”, Il diritto penale fra norma e società. Scritti 1056-2008, 2, Giuffrè Editore, 2009, pp. 821 a 828; PAGLIARO, Antonio “Concessione di reati”, Il diritto penale fra norma e società. Scritti 1056-2008, 2, Giuffrè Editore, 2009, pp. 795 a 804; PAGLIARO, Antonio “Presupposti della concessione”, Il diritto penale fra norma e società. Scritti 1056-2008, 2, Giuffrè Editore, 2009, pp. 805 a 820; PAIVA, José da Cunha Navarro de Do caso julgado na ação penal”, Revista dos Tribunais, 17, 401, 1899, pp. 257-260; PALMA, Maria Fernanda, «A teoria do crime como teoria da decisão penal (reflexão sobre o método e o ensino do Direito penal)», Revista Portuguesa de Ciência Criminal, 1999, pp. 523-603; PALMA, Maria Fernanda, “Direito Constitucional Penal, Almedina, Coimbra, 2011; PALMA, Maria Fernanda, “A aplicação da lei no tempo: a proibição da retroatividade in pejus”, Jornadas sobre a Revisão do Código Penal, organização de Maria Fernanda Palma e Teresa Pizarro Beleza, AAFDL, Lisboa, 1998, pp. 413-430; PALMA, Maria Fernanda, “O problema penal do processo penal”, Jornadas de direito processual penal e direitos fundamentais, Almedina, 2004, pp. 41-53; PALMA, Maria Fernanda, “Constituição e Direito Penal. As questões inevitáveis”, Casos e Materiais de Direito Penal, 3.ª ed., 2008, pp. 21-30; PATRÍCIO, Rui “Imparcialidade e processo penal: três problemas”, Julgar, 30, 2016, pp. 43-61; PEREIRA, Luis Silva/ MARTINS, Teresa Alves “O princípio ne bis in idem e os conflitos internacionais de jurisdição”, Revista do Centro de Estudos Judiciários, Lisboa, 7, 2007, pp. 313 a 356; PEREIRA, Rui “O domínio do inquérito pelo Ministério Público”, Jornadas de direito processual penal e direitos fundamentais, Almedina, Coimbra, 2004, pp. 119 a 131; PEREIRA, Rui “Entre o ‘garantismo’ e o ‘securitarismo’: A revisão de 2007 do Código de Processo Penal”, Que futuro para o Direito Processual Penal? Simpósio em homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal português (org.: Mário Ferreira Monte et al.), Coimbra Editora, 2009, pp. 247-268; PEREIRA, Rui Soares / RAMALHO, David Silva “Os processos especiais no direito processual penal português”, O Direito, 147, 4, 2015, pp. 823-852; PERKINS, Rollin M. “Collateral Estoppel in Criminal Cases”, University of Illinois Law Forum, 3, 1960, pp. 533-567; PINHEIRO, José Penim “Revisitando Panoramicamente o Regime das Escutas Telefónicas – Em Especial, o Problema da Invalidez em Caso de Violação”, Julgar, 1, 2021, online; PINHEIRO, José Penim “Princípio in dubio pro reo – considerações gerais”, Julgar, 1, 2021, online; PINSOLLE, Philippe “Distinction entre le principe de l’estoppel et le principe de bonne foi dans le droit du commerce international”, Journal du droit international, 125, 4, 1998, pp. 905-931; PINTO, Frederico de Lacerda da Costa “Direito Processual Penal. Curso semestral, AAFDL, Lisboa, 1998; PINTO, Frederico de Lacerda da Costa “Segredo de justiça e acesso ao processo”, Jornadas de direito processual penal e direitos fundamentais, Almedina, 2004, pp. 67-98; PINTO, Inês Horta “O significado de informar «imediatamente e de forma compreensível» no art. 27.º, n.º 4 da Constituição: seus reflexos no direito processual penal”, Revista da Ordem dos Advogados, 66, III, 2006, pp. 1313-1360; PINTO, Rosa Margarida Maia Alves “Suspensão provisória do processo: questões controvertidas”, Julgar, 1, 2018, online; POÇAS, Sérgio “Da Sentença Penal — Fundamentação De Facto”, Julgar, 3, 2007; POULIN, Anne Bowen “Double Jeopardy: Grady And Dowling Stir the Muddy Waters”, Rutgers Law Review, 43, 1990-1991, pp. 889-931; POULIN, Anne Bowen “Double Jeopardy and Judicial Accountability: When Is an Acquittal Not an Acquittal?”, Arizona State Law Journal, 27, 1995, pp. 953 a 991; POULIN, Anne Bowen “Double jeopardy protection from successive prosecution: a proposed approach”, The Georgetown Law Journal, 92, 2003-2004, pp. 1185-1288; PRADEL, Jean “Procédure Pénale, 17.ª Ed., Éditions Cujas, Paris, 2013; PRADEL, Jean / CORSTENS, Geert “Droit pénal européen, 2.ª Ed., Dalloz, Paris, 2002 ; PRAIA, João de Matos- “Proibições de prova em processo



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

penal: algumas particularidades no âmbito da prova por reconhecimento e da reconstrução do facto”, *Julgar*, 1, 2019, online; PUIG, Santiago Mir “El principio de proporcionalidad como fundamento constitucional de limites materiales del Derecho penal”, *Constitución, Derechos Fundamentales y Sistema Penal (Semblanzas y estudios con motivo del setenta aniversario del profesor Tomas Salvador Vives Antón)*, II, Tirant lo Blanch, Valencia, 2009, pp. 1357 a 1382; PUIG, Santiago Mir “El principio de proporcionalidad como fundamento constitucional de limites materiales del Derecho penal”, *Constitución, Derechos Fundamentales y Sistema Penal (Semblanzas y estudios con motivo del setenta aniversario del profesor Tomas Salvador Vives Antón)*, II, Tirant lo Blanch, Valencia, 2009, pp. 1357-1382; RAMOS, Isabel Pereira “Valoração da prova nos crimes sexuais (Proteção do menor)”, *Julgar*, 1, 2020, online; RAMOS, Vânia Costa *Ne bis in idem e União Europeia*, Coimbra Editora, 2009; REIS, Pedro “Dever de verdade - direito de mentir : história do pensamento jurídico”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 48, 1-2, 2007, pp. 451-480; REIS, Sónia “A vítima na mediação penal em Portugal”, *Revista da Ordem dos Advogados*, I-IV, 2009, (online); RICCIO, Stefano *La preclusione processuale penale*, Giuffrè, Milano, 1951; RIPOLLÉS, José Luis Díez *La racionalidad de las leyes penales*, Trotta, Madrid, 2003; RIZZOLI, Matteo “Why Public Prosecutors cannot Appeal Acquittals”, *Studi e Note di Economia*, Anno XV, 1-2010, pp. 81 a 101; ROCCO, Arturo *Trattato della cosa giudicata come causa di estinzione dell’azione penale*, Opere giuridiche, II, Foro Italiano, Roma, 1932; ROCHA, Manuel António Lopes *A Fundamentação da Sentença no Sistema Penal Português - Legitimar, Diferenciar, Simplificar*, Almedina, 2011; ROCHA, Manuel António Lopes *A Motivação Da Sentença, Documentação e direito comparado*, Lisboa, n.75-76, 1998, pp. 93-114; RODRIGUES, Anabela Miranda “O Inquérito no novo Código Processual Penal”, *O Novo Código de Processo Penal. Jornadas de Direito Processual Penal*, Almedina, Coimbra, 1988, pp. 61-79; RODRIGUES, Anabela Miranda “Os processos sumário e sumaríssimo ou a celeridade e o consenso no Código de processo penal”, *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 6, 4, 1996, pp. 524-544; RODRIGUES, Hélio Rigor “A constituição de arguido enquanto formalidade (in)exigível para o decretamento do arresto preventivo: de uma norma enganadoramente certa à certeza do dever ser (Anotação ao Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 08-10-2015, proferido no processo 324/14.0TELSB-LL1-9)”, *Julgar*, 1, 2015, online; RODRIGUES, João Paulo “Princípio da legalidade, acusatório e política criminal. Contributo para uma reflexão acerca da «praxis» judiciária em matéria processual penal”, *Revista do Ministério Público*, 83, 2000, pp. 61-81; RODRÍGUEZ ÁLVAREZ, Ana “Redes sociales y proceso penal: una radiografía” *El nuevo proceso penal sin Código Procesal Penal, dirección Raquel Castillejo Manzanares*, 1ª ed Atelier Libros Jurídicos, 2019, pp. 321-346; RODRÍGUEZ ÁLVAREZ, Ana “¿Sobran las palabras? Los emojis como prueba en el proceso judicial”, *Revista de la Facultad de Derecho de México*, LXIX, 275, 2019; ROJAS, Dayan Gabriel López / YERO, María Caridad Bertot “El delito continuado y la prohibición de persecución penal múltiple”, *Revista Chilena de Derecho*, 39, 3, 2012, pp. 725- 751; ROSAL, Manuel Cobo del / DÍEZ, Manuel Quintanar / LÓPEZ-GÓMEZ, Carlos Zabala *Derecho Procesal Penal Español.(Totalmente actualizado)*, CESEJ-Ediciones, Madrid, 2006; ROSENBERG, Benjamin E. “The Analysis of Defective Indictments After United States v. Cotton”, *Criminal Law Bulletin*, 41, 2005, pp. 463 a 489; ROSENBERG, Benjamin E. “Pleading Crimes In Indictments”, *New York Law Journal*, 248, 38, 23.08.2012, online (www.newyorklawjournal.com); ROXIN, Claus / ARTZ, Gunther / TIEDEMANN, Klaus *Introducción al Derecho Penal y al Derecho Penal procesal*, tradução de Luis Arroyo Zapatero e Juan-Luis Gómez Colomer, Editorial Ariel, Barcelona, 1989; ROXIN, Claus / SCHÜNEMANN, Bernd *Derecho Procesal Penal (trad. castelhana da 29.ª ed. alemã por Mario F. Amoretti Darío N. Rolón, rev. por Ignacio F. Tedesco)*, Buenos Aires: Ediciones Didot, 2019; ROXIN, Claus / SCHÜNEMANN, Bernd / KERN, Eduard *Strafverfahrensrecht. Ein Studienbuch*, 27.º Ed., Verlag C. H. Beck, Munique, 2012; RUDSTEIN, David S. “Double Jeopardy and the Fraudulently-Obtained Acquittal”, *The Modern Law Review*, 60, 1995, pp. 607-651; RUDSTEIN, David S. *Double Jeopardy: a reference guide to the United States Constitution*, 2004; RUDSTEIN, David S. “A Brief History of the Fifth Amendment Guarantee Against Double Jeopardy”, *Bill of Rights Journal*, 14, 1, 2005, pp. 193-242; RUDSTEIN, David S. “Retrying the Acquitted in England. Part I: The Exception to the Rule Against Double Jeopardy for «New and Compelling Evidence»”, *San Diego International Law Journal*, 8, 2006/2007, pp. 387-458; RUDSTEIN, David S. “Retrying the Acquitted in England. Part II: The Exception to the Rule Against Double Jeopardy for «Tainted Acquittals»”, *San Diego International Law Journal*, 9, 2007/2008, pp. 217-292; RUDSTEIN, David S. “Retrying the Acquitted in England. Part III: Prosecution Appeals Against Judges’ Rulings of «No Case to Answer»”, *San Diego International Law Journal*, 13, 2011, pp. 5-128; SALINAS, Henrique *Os limites objetivos do ne bis in idem*, dissertação de doutoramento, Universidade Católica Portuguesa, 2012; SÁNCHEZ, Pedro Fernández Lei e sentença, *Separação dos poderes legislativo e judicial na Constituição Portuguesa*, Lisboa, 2017 (Volume I e Volume II); SANTANA, Cecília “A acusação particular”, *Jornadas de direito processual penal e direitos fundamentais*, Almedina, 2004, pp. 307-334; SANTOS, Andrés de la Oliva *La conexión en el proceso penal*, Universidad de Navarra, Pamplona, 1972; SANTOS, Andrés de la Oliva / MARTINEZ, Sara Aragoneses / SEGOVIA, Rafael Hinojosa / ESPARZA, Julio Muerza / GARCIA, José Antonio Tomé *Derecho Procesal Penal*, 8.ª Ed., Editorial Universitaria Ramón Areces, Madrid, 2007; SANTOS, Cláudia Cruz “O controlo judicial da violação dos prazos de duração máxima do inquérito”, *Julgar*, 32, 2017, pp. 233-254; SANTOS, Cláudia Cruz “Decisão Penal Negociada”, *Julgar*, 25, 2015, pp. 145-160;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

SANTOS, Diogo Gonçalves “A prova testemunhal: o levantamento do segredo médico no seio da relação processual penal”, *Julgar*, 1, 2020, online; SANTOS, José Beleza dos “Os tribunais colectivos criminais e os seus poderes de alterar a incriminação da pronúncia”, *Revista de Legislação e Jurisprudência*, 60, n.os 2326 e 2327, 1927, pp. 1 a 4 e 17-19; SANTOS, José Beleza dos “A sentença condenatória e a pronúncia em processo criminal”, *Revista de Legislação e Jurisprudência*, n.os 63, n.o 2328, e 64, 1931, pp. 385-387; SANTOS, Simas / HENRIQUES, Leal Recursos em Processo Penal, 5.ª Ed., Rei dos Livros, Lisboa, 2002; SCHLÜCHTER, Ellen Derecho Procesal Penal (trad. castelhana da 3.ª ed. alemã por Esparza y Planchadell), 2.ª ed., Valencia: Tirant lo Blanch, 1999; SCHÜNEMANN, Bernd Estudos de Direito Penal, Direito Processual Penal e Filosofia do Direito, São Paulo: Marcial Pons, 2013; SCHÜNEMANN, Bernd “¿Crisis del procedimiento penal? ¿Marcha triunfal del procedimiento americano en el mundo?”, *Revista de Derecho Penal*, (Montevideo), 11, 2000, pp. 111-118; SEIÇA, Alberto Medina de “A aplicação do princípio do ne bis in idem na União Europeia (Aspectos de um processo ainda não transitado)”, *Estudos em Homenagem ao prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias*, I, Coimbra Editora, 2009, pp. 935-1005; SILVA, Germano Marques da “Princípios gerais do processo penal e Constituição da República Portuguesa”, *Direito e Justiça*, III, 1987-1988, pp. 163-178; SILVA, Germano Marques da “Princípio da celeridade e prazos do inquérito”, *Julgar*, 34, 2018, pp. 139-147; SILVA, Germano Marques da “Objeto do Processo Penal: a Qualificação Jurídica dos Factos”, *Direito e justiça*, Lisboa, 8, 2, 1994, pp. 91-116; SILVA, Germano Marques da Curso de Processo Penal, III, Verbo, Lisboa, 1997; SILVA, Germano Marques da Curso de Processo Penal, II, Verbo, Lisboa, 2008; SILVA, Germano Marques da Curso de Processo Penal, III, 4.ª Ed., Verbo, Lisboa, 2009; SILVA, Germano Marques da “Em busca de um espaço de consenso em processo penal”, *Estudos em homenagem a Francisco José Veloso*, coordenação de António Cândido de Oliveira, Universidade do Minho, 2002, pp. 695-705; SILVA, Germano Marques da “A publicidade do processo penal e o segredo de justiça: um novo paradigma?”, *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 18, n.2-3, 2008, pp. 257-276; SILVA, Germano Marques da *Direito Processual Penal Português. Noções gerais, sujeitos processuais e objeto*, I, Universidade Católica Editora, 2013; SILVA, Germano Marques da / SALINAS, Henrique “Anotação ao art. 32.º”, *Constituição Portuguesa Anotada*, organização de Jorge Miranda e Rui Medeiros, I, Coimbra Editora, 2005; SILVA, João Calvão da “Objeto do Processo Penal: a Qualificação Jurídica dos Factos”, *Direito e justiça*, Lisboa, 8, 2, 1994, pp. 91-116; SILVA, Júlio Barbosa e “A Directiva 2012/13/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 22 de Maio de 2012 relativa ao direito à informação em processo penal (Perspectivas portuguesas)”, *Julgar*, 1, 2017, online; SILVA, Sandra Oliveira A protecção de testemunhas no processo penal, 2007; SILVA, Sandra Oliveira e O Arguido como Meio de Prova contra si mesmo: considerações em torno do princípio “nemo tenetur se ipsum accusare”, reimp. (1.ª ed. 2018), Coimbra: Livraria Almedina, 2019; SILVA, Sandra Oliveira e A protecção de testemunhas no processo penal, Coimbra: Coimbra Editora, 2017; SILVA, Sandra Oliveira e “Nemo tenetur se ipsum accusare e direito tributário: das (in)ludíveis antinomias à harmonização (possível)”, *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Manuel da Costa Andrade* (org. José de Faria Costa et al.), II, Coimbra: Universidade de Coimbra, 2017; pp. 835-881; SILVA, Sandra Oliveira e “A centralidade do julgamento na economia do processo”, *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 28, 1, 2018; pp. 43-62; SILVA, Sandra Oliveira e “It’s all in your head? — a utilização probatória de métodos neurocientíficos no processo penal”, *Estudos Comemorativos dos 20 Anos da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, II, Coimbra: Livraria Almedina, 2017, pp. 713-751; SILVA, Sandra Oliveira e “A liberdade contra a autoincriminação no processo penal: breves considerações em torno do princípio nemo tenetur se ipsum accusare”, *Revista MP/RS*, 80, 2016, pp. 111-128; SILVA, Sandra Oliveira e “As alterações em matéria de recursos, em especial a restrição de acesso à jurisdição do Supremo Tribunal de Justiça – garantias de defesa em perigo?”, *As alterações de 2013 aos Códigos Penal e de Processo Penal...*, Coimbra: Coimbra Editora, 2014, pp. 257-297; SILVA, Sandra Oliveira e “O arguido como meio de prova contra si mesmo: considerações em torno do princípio nemo tenetur se ipsum accusare”, *Revista da FDUP*, X, 2013, pp. 361-379; SILVA, Sandra Oliveira e “Legalidade da prova e provas proibidas”, *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 21, 4, 2011, pp. 545-591; SILVA, Sandra Oliveira e “«Salas vazias e declarações anónimas»: notas sobre a protecção de testemunhas e o processo equitativo no julgamento da criminalidade organizada”, *Revista do CEJ*, 16, 2011, pp. 285-341; SILVA, Sandra Oliveira e “Direito ao silêncio e deveres de colaboração nos processos por delitos económico-financeiros”, *Julgar*, 39, 2019, pp. 135-150; SILVA, Sandra Oliveira e “O segredo de justiça no horizonte da reforma do Código de Processo Penal. Algumas reflexões”, *Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias*, III, Coimbra: Coimbra Editora, pp. 1155-1204; SILVA, Sandra Oliveira e “Um primeiro olhar sobre as alterações ao regime do segredo de justiça”, *Maia Jurídica*, V, 2, 2007, pp. 3-16; SILVEIRA, Jorge Noronha “O conceito de indícios suficientes no processo penal português”, *Jornadas de direito processual penal e direitos fundamentais*, Almedina, 2004, pp. 155-181; SIMÕES, Euclides Dâmaso “Comentários à Estratégia Nacional de Combate à Corrupção (2020-2024)”, *Julgar*, 1, 2020, online; SIMÕES, Euclides Dâmaso / TRINDADE, José Luís F. “Recuperação de activos: da perda ampliada à actio in rem (virtudes e defeitos de remédios fortes para patologias graves)”, *Julgar on line*, 2009, pp. 1-36; SOARES, António Quirino Duarte “Convolações”, *Colectânea de Jurisprudência - Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça*, III, 1994, pp. 14-28; SOARES, Manuel “Proibição de desfavorecimento do arguido em consequência do silêncio em julgamento – a questão controversa das ilações probatórias desfavoráveis”, *Julgar*, 32, 2017, pp. 13-44;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

SOUSA, Pedro Miguel Lopes Ferreira Lourenço de “Relação entre os OPC e o MP no inquérito e na instrução e a LOIC Revista do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, 6-7, 2009-2010, pp. 327-338; SOUSA, Silva e “Condenações penais de surpresa”, Revista dos Tribunais, ano 67, 1949, n.º 1604, pp. 306 a 309; SOUSA, Susana Aires de “Ações encobertas (e outras figuras próximas) na investigação da criminalidade económico-financeira”, Julgar, 39, 2019, pp. 32-44; TABORDA, Raul Gonçalves “Da identificação do suspeito e consequências da recusa de identificação”, Revista da Ordem dos Advogados, 69, III/IV, 2009, pp. 943-964; TEIXEIRA, Carlos Adérito “Questões processuais da responsabilidade das pessoas colectivas no domínio do Direito Sancionatório da Regulação”, Direito Sancionatório das Entidades Reguladoras, organização de Maria Fernanda Palma/Augusto Silva Dias/Paulo Sousa Mendes, Coimbra Editora, 2009; TEIXEIRA, Paulo Duarte “A (r)evolução silenciosa do sistema penal português”, Julgar, 33, 2017, pp. 163-198; THOMAS, George C. (III) “Prohibition of Successive Prosecutions for the Same Offense: In Search of a Definition”, Iowa Law Review, 71, 1986, pp. 323 a 354; THOMAS, George C. (III) “An Elegant Theory of Double Jeopardy”, University of Illinois Law Review, 1988, pp. 827 a 855; THOMAS, George C. (III) “A Blameworthy Act Approach to the Double Jeopardy Same Offense Problem”, California Law Review, 83, 1995, pp. 1027 a 1072; THOMAS, George C. (III) Double Jeopardy: the history; the law, New York University Press, 1998; TORRÃO, Fernando A relevância político-criminal da suspensão provisória do processo, Coimbra, Almedina, 2000; TURNER, Elizabeth R. Public Confidence in Criminal Justice. A History and Critique, Palgrave Macmillan, London, 2018; VIEIRA, Pedro Miguel “A vítima enquanto sujeito processual e à luz das recentes alterações legislativas”, Julgar, 28, 2016, pp. 171-208; VILALONGA, José Manuel “Direito de recurso em processo penal”, Jornadas de direito processual penal e direitos fundamentais, Almedina, 2004, pp. 367-392; ZAPATERO, Luis Arroyo “Principio de legalidad y reserva de ley en materia penal”, Revista Española de Derecho Constitucional, 8, 1983, pp. 9 a 46;